

GÊNERO E MEMÓRIA: AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO E A ENCICLOPÉDIA DA MULHER (1950-1970)

GENDER AND MEMORY: THE REPRESENTATIONS OF FEMALE GENDER AND THE WOMEN ENCYCLOPEDIA (1950- 1970)

Bruna Batista FERREIRA^{1*}

Resumo: O artigo trata do processo de rupturas e permanências que envolveu as representações do feminino entre as décadas de 1950 e 1970. Considerando as discussões de gênero enquanto categoria, os discursos e as estruturas de poder da sociedade e a influência da mídia impressa, discutimos a existência dos “manuais femininos” como produtos e produtores de memória que abarcam noções de identidade associados às práticas e representações culturais. Ao final, analisamos duas versões de um periódico destinado às mulheres: a *Enciclopédia da Mulher* de 1958 e a *Nova Enciclopédia da Mulher* de 1968.

Palavras-chave: *Enciclopédia da Mulher*; *Nova Enciclopédia da Mulher*; Representações do Feminino; Gênero; Memória.

Abstract: The article deals with the process of ruptures and permanencies that involved the representations of the feminine between 1950 and 1970. Considering the discussions of gender in terms of category, the discourses and structures of power of society and the influence of print media, we have discussed the existence of "women's manuals" as products and producers of memory that involve basic concepts of identity associated to practices and cultural representations. In the end, we shall analyze two versions of a periodical for women: the *Women Encyclopedia* of 1958 and the *New Encyclopedia of Women* from 1968.

Key-words: Women Encyclopedia; New Women Encyclopedia; Representations of female gender; Gender; Memory.

Entre práticas e representações: a história das mulheres e os estudos de gênero

Os movimentos feministas associados às transformações historiográficas, a partir dos anos 1960, foram fundamentais para a emergência da História das Mulheres e, posteriormente, para as discussões sobre gênero enquanto categoria de análise. O diálogo estabelecido entre a história e as demais ciências sociais, como a antropologia e a sociologia, além dos trabalhos realizados pela História Social e pela História Cultural, ascenderam a mulher ao papel de objeto

1 * Graduada em História – Mestranda – Programa Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania – Departamento de História - UFV - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG - Brasil. E-mail: bruna.batista@ufv.br.

e sujeito da história. Começava, assim, a ser rompido o silêncio e a invisibilidade das mulheres na história e na sociedade.

No entanto, esse movimento histórico e historiográfico não ocorreu de maneira súbita. Carla Bassanezi Pinsky recorda-nos que ainda no século XVIII era discutido se as mulheres de fato seriam seres humanos ou animais irracionais. Apenas em fins do século XIX começaram a ter direito à educação. Somente no século XX reconheceu-se que as mulheres tinham uma história e que ela podia ser escrita. História esta que tomaram em mãos a partir de seus movimentos e reivindicações. Que possui hoje consolidação acadêmica, almejando que o público mais amplo tenha acesso às discussões que a fazem (PINSKY, 2017). Discussões que evocam uma trajetória. Michelle Perrot afirma que:

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade (PERROT, 2017, p. 16).

Uma das razões para esta mudança na História das Mulheres corresponde, justamente, às diferentes correntes historiográficas que propuseram discuti-la. Na visão de Margareth Rago, os estudos da História das Mulheres no Brasil tiveram esse impacto por num primeiro momento estarem associados como desdobramento da História Social, e posteriormente por sua aproximação com a História Cultural. A primeira corrente despontava com a preocupação de identificar “os signos da opressão masculina e capitalista” sobre a mulher, em especial, valorizando temáticas como seu ingresso no mercado de trabalho e os problemas encontrados nesse meio (más condições, salários inferiores, assédio sexual e violência machista), identificando-a como “produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante” (RAGO, 1995, p. 82)¹. Por outro lado, a História Cultural começou a dar ênfase às construções simbólicas e culturais das mulheres enquanto agentes de suas experiências vividas.

Rago afirma que a História Cultural se aproxima em muito das formulações de Michel Foucault. O filósofo pós-estruturalista² destaca a crítica do sujeito e das identidades, considerando os modos de subjetivação e de objetivação operantes nas sociedades contemporâneas. Para ele, uma vez que não há “bastidores da história”, não há “atores à espera de seus papéis”, sendo eles sujeitos e objetos, resultados de práticas culturais. Trata-se da desnaturalização³ dos objetos, conceitos e campos históricos, da não objetivação de práticas

determinadas. Daí a crítica de Foucault à História Social, que trabalharia com identidades prontas, anteriores ao fazer histórico (RAGO, 1995, p. 85).

Adentrando um pouco mais na abordagem cultural, os aspectos teórico-metodológicos trazidos por Roger Chartier também nos permitem melhor compreender a relevância de se considerar, nos estudos sobre a História das Mulheres e de gênero, a esfera cultural. Chartier tentará atualizar a História Social pelo viés da cultura - através do âmbito simbólico, representativo, e da ação social dos indivíduos, suas práticas e apropriações. Realizando a apuração do conceito de “representação coletiva”, o estudioso pondera como os acontecimentos socioculturais se propõem a incorporar nos indivíduos esquemas de percepção e comportamentos que moldam as formas de exibição social, das performances particulares e de suas questões conceituais. Para ele, o conceito de “representação” liga-se em três realidades: a primeira delas consiste nas representações coletivas, que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e que organizam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais eles classificam, julgam e agem. A segunda diz respeito as formas de exibição do ser social ou da potência política tais como rito, signos e performances simbólicas. E a terceira e última, refere-se à “presentificação” em um representante individual ou coletivo, concreto ou abstrato, de uma identidade ou de um poder, dotado de continuidade e estabilidade (CHARTIER, 1988, p. 21).

As conotações e discussões realizadas por Roger Chartier têm como objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Nesse sentido, a introdução e uso da categoria ‘gênero’, por exemplo, pode ser vista como uma construção de pensamento gerida de acordo com as demandas de um determinado grupo social. De acordo com Francisca Sena a proposta da abordagem de gênero surgiu como um novo paradigma capaz de desnaturalizar a história da subordinação das mulheres na sociedade. A crítica radical do feminismo reivindicava uma transformação na sociedade, mas também a estratégia de atuação exclusiva das mulheres parecia não garantir essa transformação: “movidas por essas inquietações, feministas estadunidenses passaram a utilizar, no meio acadêmico (na segunda metade do século XX) a categoria gênero [*gender*] para desmistificar e para reinterpretar as relações sociais” (SENA, 2004, p. 32).

Joan Scott, importante historiadora e militante feminista norte-americana deste movimento, afirmou que a emergência da História das Mulheres como campo de estudo envolveu uma disseminação do feminismo para as mulheres em todas as partes do mundo (SCOTT, 1992). Seu subsequente desenvolvimento teórico para a questão específica do gênero, afirma a autora, manteve a principal conquista do movimento até então: a politização do debate

e sua relação entre o movimento feminista e a História das Mulheres enquanto campo específico de estudo (SCOTT, 1992, p. 65). Para Scott, a relevância em se articular a noção de construção social à noção de poder, aponta para implicações políticas dialógicas entre gênero e poder:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. [...] Dessa maneira a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (SCOTT, 1992, p. 92).

Vinculando gênero às formas de manifestação de poder, Joan Scott rompe com o caráter natural da crença na determinação biológica como justificativa para as desigualdades existentes entre os sexos. Dessa maneira, masculino e feminino não são identidades acabadas definidas no nascimento, são categorias culturais. Trata-se de um constante processo aliado ao contexto social e cultural de determinado lugar e período. Mais adiante, a autora busca ampliar os termos “estudos de mulheres” para “estudos de gênero”. Além de fornecer, segundo ela, maior legitimidade acadêmica distanciando da parcialidade “mulheres”, a neutralidade do termo “gênero” é acordante a objetividade científica. Já Judith Butler, filósofa e também estadunidense, busca por meio da noção de *performatividade*, conceber o conceito de gênero como *efeito*, *produzido* ou *gerado* (BUTLER, 2003). Com isso, tenta realocar o discurso da “construção social da sexualidade” para a “construção discursiva de gênero” (FREITAS, 2011, p. 23). A noção de *performatividade* permite repensar a linguagem e as identidades, uma vez que são corporificadas e *performadas*, em vez de pré-formadas. Ou seja, Butler pressupõe que as identidades de gênero não são determinadas internamente, nem representam uma essencialidade. A autora pondera que elas constituem os efeitos de nossas realizações, desestabilizando a noção de identidade como pré-existente e imutável. Para a autora:

O gênero é a estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual cristaliza no tempo para reproduzir a aparência de uma rígida substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, p. 59).

Butler afirma que corpo e linguagem se fundem, ou seja, que os discursos habitam sobre os corpos. Por não pressupor a singularidade de identidade, ela argumenta que não se pode pensar em mulheres (mesmo que no plural) como uma categoria comum e estável de identidade. Aponta para a necessidade de se conceber a construção múltipla e variável de identidade. Assim, são descartadas oposições binárias (homem x mulher) e convenções ontológicas que por

serem legitimadas pelo poder criam hierarquias e opressão. Opressão e hierarquias estas que se configuraram como via de regra durante boa parte da história em diversas sociedades. Especificamente no Brasil, José Alves e Sonia Corrêa discutem que durante grande parte do século XX se instituiu legalmente princípios discriminatórios para a mulher em relação ao homem, baseado no Código Civil de 1916:

O texto da lei privilegiava o lado paterno em detrimento do materno, permitia a anulação do casamento diante da não virgindade da mulher (mas não do homem), afastava da herança a filha de comportamento “desonesto” e não reconhecia os filhos nascidos fora do casamento, que eram considerados ilegítimos, identificava o status civil da mulher casada ao dos menores, silvícolas e alienados – ou seja, ao casar, a mulher perdia sua capacidade civil plena, não podendo praticar uma série de atos sem o consentimento do marido (ALVES; CORRÊA, 2009, p. 133).

Segundo os autores, esse código afirmava o patriarcado no Brasil e vigorou até 1962, quando foi revogado no mesmo ano pela Lei 4.121, o chamado “Estatuto da Mulher Casada”, que trouxe avanços quanto ao tratamento paritário entre os cônjuges, mas não eliminando os privilégios do “pátrio poder”. O direito ao divórcio, por exemplo, foi conquistado apenas no ano de 1977, com a Lei 6.615.

Também investigando o panorama brasileiro, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro abordaram a emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de gênero no campo historiográfico, focando nos trabalhos posteriores a 1980 (SOIHET; PEDRO, 2007). As autoras trouxeram embates teóricos que permearam as categorias ‘mulher’, ‘mulheres’, ‘sexo’ e ‘relações de gênero’. Joana Pedro havia publicado o artigo *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*⁴ em 2005, promovendo um diálogo com a história dos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Nesse sentido, seguindo a mesma linha de pesquisa e utilizando a mesma gama de historiadores, ambas as publicações se basearam, fundamentalmente, nas elaborações de Joan Scott e na abordagem por ela conferida à categoria ‘gênero’ em sua publicação *Gênero: uma categoria útil de análise*⁵.

Através dos trabalhos de Soihet e Pedro, vemos que a primeira vez em que se teve uma publicação no Brasil, totalmente dedicada à História das Mulheres, foi em 1989, realizada pela *Revista Brasileira de História*⁶. No entanto, a abordagem atribuída aos estudos pretendia reparar uma “história de exclusão”, tendo na questão de ‘gênero’ ainda uma novidade. Quase 20 anos depois, outros impasses começaram a se apresentar. A recorrente realização de simpósios e a formação de grupos de estudos rumavam no sentido de (re)examinar o assunto ‘gênero’, ou ainda discutir o uso dos termos ‘mulher’ ou ‘mulheres’.

Soihet e Pedro apresentam o quão relevante foi o movimento historiográfico iniciado ainda na década de 1920, na França, pelo grupo dos *Annales*, com Lucien Febvre e Marc Bloch⁷. A visível contraposição ao ideal iluminista-positivista, na maneira de ver, considerar e analisar o que seriam fontes históricas foi, certamente, a “alavanca” para o início de um novo tratamento à história do cotidiano e, por conseguinte, das mulheres. Os movimentos feministas dos anos 1960 vieram, assim, corporificar e conferir novos conceitos na abordagem que atribuía às mulheres a condição de objetos e sujeitos da história. Scott, que expressa total descrédito às correntes historiográficas colegiadas à existência de um sujeito humano universal (homem), ou ainda aquelas que tratavam as mulheres como uma categoria homogênea, coloca na questão de ‘gênero’ um caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, incorporando as relações de poder estabelecido entre homens e mulheres ao longo da história. Scott expressa ser essencial descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o sentido e como funcionam para manter a ordem social e para mudá-la (SCOTT, 1994).

Joan Scott considera, no entanto, que ‘gênero’ é apenas um conceito dos estudos sobre eventos relacionados às mulheres, mas que não é suficiente para explicar todos os paradigmas históricos que as envolve. Colocando em evidência a defasagem dos trabalhos acerca do tema, visto como um assunto marginal em relação ao conjunto de disciplinas, a autora propõe como mudança a reformulação dos programas de produção universitária e monográfica. Scott pondera que pelo fato da História da Mulher ser frequentemente vinculada a relações do sexo, como na família e no vínculo com a criança, normalmente não está situada em temáticas como guerra, diplomacia e alta política (SCOTT, 1994). Apoiando-se, assim como Butler, na corrente pós-estruturalista, Scott se preocupa com os significados subjetivos e objetivos nas relações entre mulheres e homens, destacando as “variáveis contraditórias” atribuídas às diferenças sexuais. Para ela “gênero é a organização social da diferença sexual”, não sendo, porém, uma diferença fixa e natural entre homens e mulheres, mas sim “um saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p. 12-13). Soihet e Pedro reiteram ainda as diferentes posturas adotadas na atualidade relacionada aos estudos sobre mulheres. Oposições marcantes, tal como as discussões entre a ‘História de Gênero’ *versus* a ‘História das Mulheres’ que, no entanto, contribuem de forma incisiva na quebra do silêncio e da invisibilidade para esse campo historiográfico.

Contribuições historiográficas como as anteriormente consideradas nos auxiliam na compreensão acerca da História das Mulheres, dos estudos de gênero, mas também das décadas as quais elas começam a ser levantadas: 1950, 1960 e 1970. Se levarmos em consideração os movimentos de rupturas e permanências inerentes à história, ao social, ao político e econômico, dimensionaremos também o panorama ao qual as mulheres se encontravam. Concomitante aos rumos que a História Cultural conferia à historiografia, víamos despontando nos anos 1960-70 acontecimentos específicos a momentos em que vários paradigmas são postos à prova (PINSKY, 2015). As lutas por igualdade de direitos entre os gêneros tornavam-se pauta. As questões trabalhistas modificadas como a dinâmica industrial e o contexto das guerras do início do século XX, conferiam já nos anos 1950 novos ares à vivência feminina. Ao descrever a vida e a mulher dos *Anos Dourados*, por exemplo, Carla Bassanezi Pinsky elucida que:

O Brasil dos anos 50 viveu um período de ascensão da classe média. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o país assistiu otimista e esperançoso ao crescimento urbano e à industrialização sem precedentes que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. Democracia e participação eram ideias fortalecidas nos discursos políticos. Em geral, ampliaram-se aos brasileiros as possibilidades de acesso à informação, lazer e consumo. As condições de vida nas cidades diminuíram muitas das distâncias entre homens e mulheres; práticas sociais do namoro à intimidade familiar também sofreram modificações (PINSKY, 2015, p. 608).

Mesmo com as condições de crescimento urbano e industrial vividos pelo Brasil no pós-guerra, assim como a diminuição das “distâncias” da condição de vida entre homens e mulheres, Pinsky deixa claro em suas colocações subseqüentes que os “papéis femininos e masculinos” continuaram com distinções nítidas. Permanecia intrínseca à sociedade uma moral sexual diferenciada e mesmo com a mulher se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho continuava cercada de preconceitos. A figura de “chefe da casa” era essencialmente masculina. A casa e a rua delimitavam as representações sobre os papéis destinados às mulheres e aos homens (DEL PRIORE, 2013). Além disso, o fim da guerra trouxe consigo campanhas estrangeiras pregando que o esforço de guerra das mulheres, à época dos combates, fosse substituído pela volta ao lar, à mulher como rainha da casa, a volta aos valores tradicionais da sociedades inerentes ao estilo de vida do século XIX:

Na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto interno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional (PINSKY, 2015, p. 608-609).

É neste contexto de redefinição dos papéis tradicionais, de afirmação da feminilidade pelo comportamento doméstico, puro, doce e resignado que se destaca a expansão das revistas femininas⁸. Tratando de “assuntos femininos”, os periódicos continham variadas regras de comportamento, opiniões sobre casamento, sexualidade, trabalho feminino e felicidade doméstica. *O Cruzeiro*, *Jornal das Moças* e *Querida* estavam embutidos de modelos femininos e masculinos – com papéis bem definidos – e uma noção bem delimitada de família modelo, que segundo Pinsky seria: branca, de classe média, nuclear e hierárquica (PINSKY, 2015). As revistas dos anos 1950 influenciavam a vida das mulheres de classe média não deixando, porém, de serem influenciadas pelas mudanças sociais vividas e promovidas por essas mulheres. A realidade da inserção da mulher nos ramos trabalhistas fora do lar exemplificam as abordagens do assunto nesses veículos midiáticos. Entretanto, o modelo preconizado pelas revistas apontava para a relação restrita e necessária da mulher com o casamento, com a maternidade e com os afazeres do lar – uma espécie de destino natural e inexorável. Esta aceitação do “natural”, do biológico, servia inclusive como reafirmação de condição “feminina”, da feminilidade:

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história e sem possibilidades de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade, enquanto iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse seus caminhos estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que as outras pessoas fossem felizes. (PINSKY, 2015, p. 609 - 610).

As expressões: “moça de família x moça leviana”; “boas moças x mal faladas”; “bom caminho x más influências”; “para casar x maçaneta”; faziam parte do vocabulário da época e das instruções contidas nas páginas dos periódicos. No conteúdo de *O Cruzeiro*⁹ era dado, por exemplo, que o jeito do rapaz tratar uma moça dependeria muito de seu comportamento. “Deflorar-se” antes do casamento era gravíssimo, não correspondia com a “boa moral”. A noiva que não era mais virgem estava passiva de ter seu casamento anulado, onde o recém-casado

poderia alegar “induzimento a erro essencial”, garantindo punições à moça deflorada por outro (PINSKY, 2015).

Não só os “modos”, o comportamento, condiziam com a moça possuir ou não a “boa moral”. As “modas”, ou seja, a vestimenta e aparência eram fatores extremamente importantes, no que se refere a passar uma imagem virtuosa. Embelezar-se para o marido era obrigação de uma esposa boa que desejava manter seu casamento. As aventuras extraconjugais, tipicamente associadas à figura masculina, poderiam ser esquecidas se em casa o homem tivesse uma companheira perfeita e atraente. Perfeita, no sentido de não medir esforços para ver a felicidade do cônjuge. Seu dever não correspondia necessariamente em se comunicar com o marido, nem compartilhar experiências ou ideias, mas sim acompanhá-lo nas opiniões, reconhecer seus gostos e desejos, inspirando-o, confortando-o, animando-o (PINSKY, 2015, p. 628).

A moça dos anos 1950, no mais das vezes, deveria seguir uma lógica: preparar-se para a vida de esposa e mãe, estando sempre ao lado do marido e a par da vida dos filhos. A mídia propagandista e o comércio abarcavam essa procedência e utilizavam-se da vivência feminina para disseminar seus produtos “imprescindíveis” ao cotidiano. As aparições de enceradeiras, aspiradores de pó, alvejantes além de maquiagens, produtos para cabelos e higiene nos anúncios publicitários, evidenciavam as conotações atribuídas ao “ser mulher”, ligado diretamente aos bens materiais do lar e aos cosméticos. Nesse panorama, Raquel de Barros Pinto Miguel, aborda a possibilidade que os anúncios abriam para a análise dos papéis sociais destinados às mulheres das décadas de 1950 e 1960 (MIGUEL, 2008). Refletindo sobre a possível participação das propagandas na constituição das subjetividades das mulheres e homens de uma geração e utilizando exemplares da revista *Capricho*, a autora considera que:

As mulheres exibidas em anúncios dos anos 50, e também do início dos anos 60, retratavam o ideal da “moça prendada moderna”, uma vez que deveriam estar atentas aos cuidados da casa, dos filhos, do marido devendo, ainda, manterem-se sempre belas. Para conseguirem cumprir todas essas tarefas, as mulheres contavam com importantes aliados: batedeira, máquina de lavar roupa, sabão em pó e enceradeira de um lado, e cremes contra rugas, sabonetes perfumados e poderosos dentifrícios de outro (MIGUEL, 2008, p. 4).

Concomitantemente ao ideal de “boa moça”, “boa esposa” e “boa mãe” propagado nos jornais e revistas, outro grande veículo midiático, o cinema hollywoodiano, explodia e trazia beijos apaixonados entre jovens namorados. Musas emergiam e com elas novos comportamentos e ideais de beleza. Marilyn Monroe tornava-se símbolo sexual. A exuberância e a ousadia sobreposta em seus filmes, apresentações musicais e aparições revelavam uma outra face do ser mulher e do ser “feminina”. É nesse sentido que Pinsky afirma que não devemos

esquecer as pessoas, que vivendo nos *Anos Dourados*, possuíam ideais diferenciados, ousados, corajosos, ansiando renovação. Para a estudiosa, foram estas pessoas que permitiram que estes anos tivessem também “outras tonalidades e cores” (PINSKY, 2015). Assim, mesmo em meio às perspectivas comportamentais intrínsecas e associadas aos anos 1950 passaram, nas décadas subsequentes, a serem revisados e avaliados os papéis sociais das mulheres, por meio inclusive de reivindicações acerca dos códigos jurídicos, lutas contra a violência, opressão e discriminação. É nesse rumo que Paola Cappellin Giuliani conduz seu trabalho sobre os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira (GIULANI, 2010). Referindo-se à “crise da divisão sexual no trabalho e na representação sindical” pós anos 1960, Giuliani ressalta que:

Nesse percurso, às vezes tortuoso, aparecem com maior clareza os limites daquilo que seria próprio das mulheres, daquilo que lhes seria reconhecido, permitido ou atribuído como característico de sua “natureza social”. Por comparação, pode-se também compreender o que seria próprio da “natureza social do homem”. Mais ainda! Chega-se à consciência de que qualquer definição dos papéis, da imagem, da identidade e dos códigos de comportamento da mulher, é instável e transitória, já que tais concepções culturais são o resultado do confronto entre os valores dominantes e os anseios de mudança. (GIULANI, 2010, p. 649).

Mesmo se tratando de um contexto submerso por uma tradição que delimitava os “papéis sociais”, os anos 1960 configuram-se também como precedente de mudanças nas definições destes papéis nos mais variados setores da vida, neste caso, o trabalhista. Não é de se admirar, portanto, que nos anos subsequentes víssemos despontar variados grupos sociais produzindo contestações políticas, econômicas, ambientais e de gênero. Com a ascensão dos governos militares¹⁰ insurgem também questionamentos de organizações sindicais. Além disso, temos no movimento das mulheres rurais e na participação das mulheres dos centros urbanos a ruptura de um ideal que para além do lar desbrava as ruas, o cenário social e político do país. Dentre os ocorridos entre 1960 e 1970, tivemos os Movimentos Estudantis da UNE (União Nacional dos Estudantes, 1968); Movimento de Lutas por Creches (1970); o Movimento Brasileiro pela Anistia (1974); e a criação dos Grupos Feministas e dos Centros de Mulheres (1975).

Ao trabalharem os impactos do golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964, Ferreira e Gomes discutem os fatores que puseram fim ao regime democrático e instituíram a ditadura no Brasil. Nesse contexto, os autores evidenciam a participação de mulheres em marchas de delegações femininas em municípios do interior paulista, por exemplo, onde a mulher se fazia representar pela figura das primeiras-damas (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 304). A participação de mulheres, também ocorria por intermédio de mães de classe média,

ligadas à vertente católica, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em contrapartida, nomes esquerdistas como o de dona Neusa Brizola (esposa de Leonel Brizola), convocavam reuniões conjuntas da Liga Feminina da Guanabara e do Movimento Nacionalista Feminino, planejando um outro tipo de manifestação (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 305).

Estudantes secundaristas, universitárias, trabalhadoras urbanas e rurais, promoviam suas organizações e lideranças surgiam. A mulher se fazia constantemente presente no âmbito político, embora tenha-se conferido certa marginalidade a esse tipo de participação. Em uma de suas pesquisas, a antropóloga Mirian Goldenberg buscou acompanhar do período de 1940 a 1970 as transformações ocorridas no campo político brasileiro (GOLDENBERG, 1996). Através de partidos e organizações esquerdistas e a partir da trajetória de algumas mulheres, a estudiosa realizou entrevistas com militantes, analisou biografias, autobiografias, artigos e entrevistas encontradas em jornais e revistas. A partir disso, Goldenberg gerou uma discussão sobre a construção social da identidade de gênero no interior desses partidos e organizações de esquerda do Brasil. Acreditando que a identidade surge entre semelhanças e diferenças entre as mulheres militantes e as mulheres “comuns”, assim como, entre as mulheres militantes e os homens militantes, a antropóloga percebeu um jogo bastante complexo. As militantes, no mais das vezes, comparadas aos homens tornam-se “invisíveis”, com posições secundárias dentro das organizações e partidos. Já comparadas às mulheres “comuns”, as militantes eram vistas como mais corajosas, tendo maior capacidade de renúncia, sacrifício, mas sem a possibilidade de realizar o desejo de ter uma vida normal: como esposa e mãe (GOLDENBERG, 1996). No mais, Goldenberg colige que:

Anônimas, silenciosas, invisíveis... essas são as mulheres militantes que tentam recuperar o seu nome e a própria identidade contando a sua versão da história. Separadas dos companheiros, dos filhos, da família, vivendo uma vida clandestina, sofrendo violências físicas e psicológicas, essas mulheres adquiriram visibilidade nas últimas décadas. Suas histórias começam a ser contadas e a importância de suas presenças na luta política brasileira está sendo cada vez mais reconhecida, através da realização de pesquisas, documentários, filmes e publicação de biografias (GOLDENBERG, 1996, p. 17).

Uma luz sobre aspectos de um passado não tão distante, mas que em decorrência de uma funcionalidade machista ficaram à margem da história. Fato que a cada dia vem se modificado através de pesquisas como a de Goldenberg, que buscam salientar os fazeres femininos: suas lutas, conquistas e aspirações. Certamente, os ideais de estética, aparência e beleza de tais períodos estão embutidos nesses fazeres e querereres, e a antropóloga citada obviamente não deixa de discuti-los. Levando em consideração as mudanças desencadeadas com o início do

século XX, vemos uma série de acontecimentos que culminaram numa época norteadada por revoluções de cunho político (como o desenvolvimento do socialismo iniciado na Rússia em 1917), econômico (através da ferrenha batalha entre dois modelos: capitalismo x socialismo/comunismo) e social (com lutas dos mais variados seguimentos, como a causa ambiental, as questões de classe e gênero). Compreendendo que todos estes vieses desembocam nas questões culturais, assimilamos que as representatividades de tais acontecimentos na vida dos indivíduos estão extremamente interligadas. É nesse sentido que Goldenberg, posteriormente, trabalha a aparência feminina, como produto do culturalmente desenvolvido, que ora fabrica, ora é criado para fornecer normas e ideias acerca da imagem:

Na segunda metade do século XX o culto ao corpo ganhou uma dimensão social inédita: entrou na era das massas. Industrialização e mercantilização, difusão generalizada das normas e imagens, profissionalização do ideal estético com a abertura de novas carreiras, inflação dos cuidados com o rosto e com o corpo: a combinação de todos esses fenômenos funda a ideia de um novo movimento da história da beleza feminina e, em menor grau, masculino (GOLDENBERG, 2002, p. 08).

O papel sem precedentes das funções adquiridas pelo corpo e pela imagem, os cuidados com a imagem, com a própria imagem, passam a reverberar a massificação de modelos estéticos no qual a beleza feminina ganhou destaque fundamental. As revistas femininas, como abordamos, assim como o cinema e a televisão, recém-chegada no Brasil nos anos 1950, adquiriram espaço num meio onde enquadrar-se num determinado modelo de comportamento e aparência tornava-se primordial para ser “bem quisto” na sociedade. Vale lembrar, todavia, que a cada período novas propostas e paradigmas surgiam e surgem. Amplificando o conceito de ‘beleza’ devemos atentar-nos para seus valores dicotômicos a cada momento histórico, pois, em meio aos múltiplos acontecimentos de uma dada sociedade, mecanismos que reverberem as representações daquilo que é praticado socialmente estão presentes. É nesse sentido que o papel da mídia se fez e se faz relevante.

Memória imagética: as identidades do “ser feminina”

Os meios de comunicação sempre tiveram o poder de propagar ideias, lançar moda, influenciar comportamentos e de também serem influenciados por eles. Segundo De Certeau, este é um movimento típico da “indústria cultural” (CERTEAU, 1994). Um sistema em que a imprensa e os demais meios de comunicação assumem o papel de produtor e difusor cultural, como instituições que propagam um importante aspecto no repertório social: o consumo.

Através de seus discursos e propagandas, as mídias conduzem os produtos oferecidos pela indústria e pelo comércio às pessoas comuns, numa dinâmica onde a reapropriação e reinterpretação dos indivíduos, assim como suas formas de escolha, fazem com que os mesmos sejam mais que consumidores passivos ou espectadores alienados das propagandas. Esse processo de reformulação faz com que essas pessoas comuns se inscrevam em operações criadoras, num constante devir. É nesse sentido que a publicidade e as imagens por ela vinculadas captam, criam e invadem nossas percepções de mundo, inclusive nos aspectos que rondam as noções que temos sobre as “funções” de gênero e os papéis desempenhados por homens e/ou mulheres.

As imagens publicitárias que vemos repetidamente afetam os nossos pensamentos, as nossas emoções e os nossos comportamentos. [...] a investigação de análise de conteúdo de estereótipos de gênero na publicidade coloca a sua ênfase na verdade ou falsidade destas representações, afirmando que, na verdade, as propagandas de imagens não são nem falsas nem verdadeiras, são reflexos da realidade social, porque são, de fato, parte da realidade social (COLELLA, 2015, p. 24).

Tratam-se de representações estereotipadas, que como afirma Colella não são nem verdadeiras nem falsas, apenas reflexos daquilo que é praticado socialmente, mesmo porque, as propagandas de imagens estão inseridas nesse meio, são intrínsecas a ele (COLELLA, 2015). De certo, a mulher não está imune e acaba por absorver os resquícios desse processo de disseminação e reformulação. Para Gilles Lipovetsky ao difundir informações de estética com fotografias e conselhos sobre a aparência e a “sedução”, a imprensa feminina, junto ao público feminino, impõe-se como um “agente de democratização do papel estético do corpo da mulher e como um dos grandes instituidores da beleza feminina moderna (LIPOVETSKY, 2009, p. 46). Os anos 1950 foram essenciais para a propagação de ideais mais abrangentes. Vale lembrar que foram os membros da aristocracia tradicional e os novos-ricos os primeiros leitores de revistas de moda ainda no início do século XX. Para “fazer parte” da elite ter muito dinheiro não era o suficiente, era imprescindível ser elegante e agir com decoro. Todavia, a vida das mulheres nesse período mudava rapidamente com a já adquirida inserção nos empregos fora do lar, os avanços técnico-científicos e educacionais. As revistas precisavam comportar o mesmo dinamismo, embora tivessem dificuldades em identificar apenas um tipo de mulher como público-alvo. Para manterem-se interessantes para esses públicos eram necessárias concepções mais generalistas:

Lembrete útil às recém-casadas: Tenha sempre consigo uma grande dose de entusiasmo para com sua casa; não esqueça que esse entusiasmo irradiará por

todo o seu lar, refletindo-se nas flôres com que você enfeita a sala, nos pratos que prepara e que vão influir no espírito de seu marido. É preciso não confundir entusiasmo com exaltação: quando já se passou da casa dos dezessete anos, essa exaltação é mera infantilidade (*Jornal Última Hora*, 12 abr. 1964, p. 9).

O opressor cultural: O advento da pílula, que eliminou a gravidez não desejada, o declínio da taxa de natalidade (nos países industriais) e a maior longevidade da mulher – tudo isso significa que uma parte menor da vida feminina é dedicada à tarefa de educar e cuidar de crianças (*Jornal do Brasil*, 18 mar. 1972, p. 2).

Dessa forma, “os conteúdos [das revistas] eram simples: sugestões para a gestão da casa e conselhos práticos de estilo e de beleza” (COLELLA, 2015, p. 20). Com a chegada dos anos 1960-70 as mudanças ocorreriam de maneira ainda mais enérgica. A mulher ia deixando de ser valorizada apenas por sua relação com o lar e a família, dando também prioridade à carreira profissional. Os anos marcados pelas revoluções sociais e dos movimentos de emancipação feminina conduziam a novas identidades femininas. As mutações na dinâmica social interferiam nas publicações que sem deixarem de oferecer às leitoras conselhos sobre bem-estar, lazer e feminilidade, passavam a privilegiar temas relacionados à carreira, começando a abordar questões de gênero, conferindo novos olhares ao corpo e à sexualidade. A própria visão a respeito dos periódicos femininos seguia sendo alterada:

Em meados dos anos 70, as feministas consideravam as revistas com conteúdos femininos um exemplo de opressão das mulheres. A publicidade mais não fazia do que assinalar os defeitos das leitoras, convencendo-as de que o uso de determinados produtos podia mudar o seu aspeto e as suas expectativas de vida, garantindo a saída do mundo da insatisfação e o aumento da sua autoestima. A sociedade não tinha interesse em incentivar as novas necessidades das mulheres; bastava manter os parâmetros já definidos da feminilidade (COLELLA, 2015, p. 28).

Foram, justamente, grupos ativistas das décadas de 1960 e 1970 que ligaram a ideia de “estereótipo” a uma conotação negativa. Isso ocorreu não somente em relação às mulheres, mas também aos negros, latinos, americanos, gays e lésbicas (SILVEIRINHA, 2008). A mídia encontrava-se em meio às críticas conexas a um juízo de subordinação que ao distorcer suas leituras da sociedade e de seus elementos, denegria, por sua vez, as marcas identitárias existentes. A relação da mulher com sua aparência e comportamento estaria sendo, segundo essa perspectiva, regida de maneira incongruente com o real. O fato, por exemplo, das revistas femininas e a publicidade exaltarem o “uso de produtos cosméticos para todas as mulheres” seria condizente com uma espécie de “massificação” do ser mulher (LIPOVETSKY, 2009, p. 119).

Mais uma vez a relevância do contexto histórico e social, e suas interferências no comportamento, na aparência da mulher e no “ser feminino” se convertem em práticas e representações culturais, onde a influência midiática auxilia numa via de mão dupla: ora o rumo visa à apropriação de ideias, conceitos, padrões comportamentais e estéticos; ora tem como meta a “desapropriação” daquilo que é imposto, dado como certo, belo ou preferível, incorporando novos ideais ou resgatando antigos modelos daquilo que “melhor” expressaria a vivência da mulher. Trata-se de um caminho não linear com rupturas e permanências. Algumas rupturas, entretanto, sempre serão passíveis de questionamento quando ao invés de destoar-se de um viés opressor, como o engajamento nas lutas por igualdade de direitos entre os gêneros, acabam criando outro.

Uma problematização nesse sentido, em relação à época estudada, encontramos na obra *Histórias e Conversas de Mulher*, de Mary Del Priore, onde a autora descreve que as “carnudas estrelas dos anos 1950”, são substituídas por figuras “esquálidas” nos anos 1960 (DEL PRIORE, 2013). Segundo Del Priore, um quadro que se configura como estigmatizador da gordura, lipofóbico, no qual o padrão de estética burguês, que associava riqueza à gordura é deixado para trás. A identidade social, no que diz respeito aos ideais de beleza, ganha novo tônus. Encaixar-se no “modelo da vez” é, para Del Priore, uma maneira de continuar-se oprimindo, não mais pela imposição de uma sociedade sexista de papéis extremamente definidos entre homens e mulheres, mas através das próprias mulheres, que passam a cobrar de si mesmas alcançar tal padrão, por vezes surreal. Ademais, essa visão “opressiva” que seria instaurada pela própria mulher em prol do “estar na moda” necessita de certos cuidados. Do contrário cometeríamos novamente o erro de vermos as mulheres como objetos submissos à estrutura ao redor, ao invés de indivíduos receptores e reformuladores daquilo que é produzido pela cultura e pela mídia, como agentes condutoras de um processo. A beleza entendida como organismo intrínseco a esse sistema, portanto, mais que imposição, torna-se parte fundamental da vivência feminina. Algo inerente à mulher que transmuta nos mais variados setores (ao interligar mídia, comércio e sociedade), conduzindo, inclusive a um sentimento de pertencimento, em que a apropriação de modismos se configura como dado de sua própria representação. As transformações ocorridas nas questões comportamentais e nas noções de beleza em determinada época, são, dessa maneira, produto da conversação entre os indivíduos, suas práticas e seu meio.

Nítido nos parece que ao analisarmos as questões que envolveram as representações do feminino trabalhados pela mídia impressa durante as décadas de 1950 a 1970, deparamo-nos com uma postura específica, de propósitos bem definidos que implicaram em concepções de

lugares de atuação social das mulheres. Nesse sentido, seria cabível dizer que os periódicos destinados ao público feminino desse contexto podem ser tomados com lugares em que foram produzidas e reproduzidas memórias. Para Pierre Nora os “lugares de memória” pertencem a domínios simples e ambíguos, naturais e artificiais, sobressaindo a mais sensível experiência e à mais abstrata elaboração. São lugares materiais, simbólicos e funcionais (NORA, 1993, p. 21). Qualidades relacionadas às fontes impressas, às revistas e jornais destinados às mulheres: tratam-se de materiais impressos, onde se lançavam simbolismos representativos da mulher e daquilo que ela deveria ser e/ou se tornar desde menina, e que, uma vez destinados a um público alvo e possuindo circulação relevante desempenhavam certa funcionalidade educativa. Atinando, no mais, para a preservação de uma memória que Marcia Sant’Anna considera uma “prática que diz respeito a todas as sociedades humanas” (SANT’ANNA, 2009, p. 49).

Retomando a pesquisa de Rachel de Barros Pinto Miguel sobre o quanto os anúncios publicitários contidos na *Revista Capricho* dos anos 1950 e 1960, estavam a serviço da manutenção e da construção de certos hábitos e atitudes relacionados ao ideal de mulher da época, a pesquisadora verificou por meio de entrevistas, a força desse recurso e de suas imagens nas concepções das leitoras do periódico (MIGUEL, 2008). Afirma que a revista atuou como um significativo “lugar de memória” para as entrevistadas, participando da constituição de suas subjetividades e contribuindo na construção daquilo que era “esperado” das mulheres que viveram naquele período. Ocorreu uma associação direta entre os textos e imagens das propagandas com aquilo que as leitoras/consumidoras tinham como experiências íntimas, ou seja, suas vivências. Isso aconteceu devido à força exercida pela mídia e pela imprensa na sociedade contemporânea. Corresponde à circulação e difusão de imagens e de comportamentos num sentido educativo. Para Françoise Choay os recursos imagéticos desse porte se configuram como monumento-sinal, no qual pouco importa que “a realidade construída não coincida com suas representações midiáticas” (CHOAY, 2006, p. 22). Assim, além da questão imagética acerca da beleza, do discurso proveniente do corpo social e de seu relacionamento com o contexto midiático, o registro textual daquilo que está sendo vivido torna-se primordial para a ilação de determinada conduta. Os periódicos femininos seriam a tentativa de imprimir um estilo de vida padronizado às mulheres num enquadramento social, ou, nas palavras de Pollak, ao enquadramento da memória:

A memória, essa opção coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e de fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao

passado serve para manter a coesão social dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p. 9).

Entretanto, nas linhas seguintes de seus escritos, Pollak deixa claro que o enquadramento da memória de um grupo tem limites e não pode ser construído arbitrariamente (POLLAK, 1989, p. 10). As revistas femininas estariam assim em dissonância com parte das mulheres que no final dos anos 1960 não procuravam mais reproduzir ideias coligadas à década anterior: a mulher preparada para a vida do lar, cuidando dos filhos e servindo ao marido. Movimentos de contestação emergiram nesse sentido, ou seja, na tentativa de romper certos quadros de referência, pontos de referência. Uma tentativa de rescindir com um modelo bem específico de aparência e feminilidade, com os paradigmas em relação às mulheres daqueles contextos, mesmo se tratando de uma época onde as práticas identitárias, ligadas à compreensão das relações de organização familiar, diferenças sexuais, participação social, política, trabalho e movimentos sociais pelas mulheres passam a problematizar as “feminilidades” e as “masculinidades”. Para Stuart Hall:

Cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constituiu o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a *política de identidade* – uma identidade para cada movimento (HALL, 2006, p. 45).

Analisando os escritos de duas versões de uma *Enciclopédia da Mulher* buscaremos, a seguir, melhor compreender alguns dos enlaces representativos presentes entre 1950 e 1970 no Brasil. Trata-se de momento transitório vivido em relação às questões de gênero, de identidade e participação social das mulheres. Fatores essenciais para remontar os dilemas, aspirações e coibições circunscritas no cotidiano das mulheres daquele tempo, assim como as concepções da mídia impressa e as acepções do papel da memória produzida e reproduzida nas fontes ligadas ao viés midiático.

A Enciclopédia da Mulher

Utilizando-se das explicações de Leroi-Gourhan sobre o alargamento da memória coletiva, Jacques Le Goff lembra-nos que “a enciclopédia é uma memória alfabética parcelar na qual cada engrenagem isolada contém uma parte animada da memória total” (LE GOFF,

1994, p. 461). Nesse caso, analisar o que esse tipo de material aborda e a maneira com a qual faz isso nos oferece, ao menos, alguns dos vários cenários representativos de um determinado objeto de pesquisa. Investigando as representações do feminino, trazemos como exemplos parcelares dessa memória coletiva a *Enciclopédia da Mulher*¹¹ e a *Nova Enciclopédia da Mulher*¹², ou seja, duas variantes de uma “memória alfabética”.

De origem francesa¹³, as *Enciclopédias da Mulher* foram veiculadas entre 1950 e 1970. No Brasil, as versões ganharam tradução, adaptação, edição e publicação pela *Editora Globo* de Porto Alegre. Analisamos aqui os exemplares brasileiros de 1958 e 1968, respectivamente. Em seus conteúdos, as *Enciclopédias* traziam diversos assuntos que “permeavam” o universo considerado “feminino”: beleza, elegância, moda, trabalhos manuais, casa, trabalhos domésticos, arte da culinária, sociedade e seus costumes, a mãe e a criança, a mulher e seus direitos, vida social, trabalho, folga, férias, esporte e literatura. A versão inicial, nomeada “*Enciclopédia da Mulher*”, foi organizada por Fernand Nathan¹⁴. Nas edições finais, o manual foi intitulado “*Nova Enciclopédia da Mulher*”, passando a ser organizado por Micheline Bertrand¹⁵.

As *Enciclopédias da Mulher* eram anunciadas nas páginas de diversos jornais do país, como: *Diário de Pernambuco* (PE), *A Cruz* (MT), *Jornal do Dia* (RS), *Jornal do Brasil* (RJ), *Diário de Notícias* (RS), *Ultima Hora – Recife* (PE), *O Cruzeiro* (RJ), *Correio Brasiliense* (DF) e *Diário do Paraná* (PR)¹⁶, o que demonstra sua ampla divulgação e circulação no Brasil. Nesses jornais as obras eram associadas a um utilíssimo exemplar para presentear esposa, noiva e irmãs. Possuindo uma escrita alongada, de cunho “educativo” e com várias ilustrações, os manuais clarificavam já nas primeiras páginas suas funcionalidades e representatividades culturais e sociais:

Reunir num único volume os conhecimentos indispensáveis à mulher moderna, tal foi a grande preocupação dos editores desta Enciclopédia. [...] É o lar, sem dúvida, o mais importante campo da atividade feminina, e nada haverá nêle que não sofra influxo direto ou indireto daquela que está destinada, pela própria natureza, a ser sua rainha. Para que êsse influxo possa atuar em sentido positivo, isto é, em favor do bem-estar físico, moral e intelectual de todos os membros da família – propiciando ambiente de formação ideal aos filhos – o presente volume subministra à dona de casa utilíssimas sugestões, que muito a auxiliarão (*Enciclopédia da Mulher*, 1958, p. 7).

A nova edição da Enciclopédia da Mulher se reveste de tôda uma atualização que se fêz necessária, diante das alterações que a vida moderna impõe de ano para ano. Desde a apresentação gráfica até os conteúdos, tudo foi adaptado em função de uma plena sintonia com a mulher de hoje – suas idéias, seu modo de vida, seus gostos. Esperamos ir ao encontro daquilo que a leitora espera desta Enciclopédia: uma orientação geral, mas segura, sôbre os princípios que regem a vida da mulher em todos os campos – da beleza física à eficiência

profissional, do lar à vida social, dos prazeres simples aos momentos de enlêvo intelectual. Aqui se encontra um conjunto de conhecimentos que têm por base divulgar, aquilo que a mulher precisa para viver inteligentemente (*Nova Enciclopédia da Mulher*, 1968, orelha).

Assumindo a necessidade de atualizar o conteúdo das versões anteriores (datadas do final dos anos 1950), a *Enciclopédia* de 1968 condiz com o fenômeno de adaptação da mídia ao contexto histórico vivido. Isso, levando em consideração o movimento de emancipação feminina, sua inserção cada vez maior no mercado de trabalho e as condições socioeconômicas que atingia. Não quer dizer, todavia, que os olhares dirigidos a uma mulher desquitada nos anos 1950, por exemplo, tivessem se transformado significativamente na década sucessora. O próprio fato da *Enciclopédia* induzir a existência de uma “orientação geral, sobre os princípios que regem a vida da mulher”, pressupunha determinados padrões. Além disso, a difusão de ideias mais abrangentes de comportamento e aparência, induzindo a uma manutenção a longo prazo, revela a “necessidade” de conservar ou reverberar atitudes presentes no imaginário social da época, na memória coletiva sobreposta às noções do ser mulher. Como conduziria Foucault, seria a apropriação social do discurso, ou melhor, o controle sobre a produção desse discurso implicando, no caso das *Enciclopédias*, em concepções de lugares de atuação social das mulheres (FOUCAULT, 1996). Mesmo havendo preocupação em tratar da “eficiência profissional”, ou seja, as novas funções que as mulheres adquiriam socialmente, em comparação a uma vida totalmente dedicada ao lar, “o mais importante campo da atividade feminina”, segundo a versão de 1958, o enfoque dado ocorria de modo superficial, ou ainda, presumindo um “destino natural feminino”.

Moça solteira: Uma moça, depois dos 21 anos, desfruta dos mesmos direitos de um rapaz da mesma idade. Ela tem direito ao voto, pode ocupar posição de destaque no comércio na indústria, nos bancos e em tôdas as profissões liberais; tem acesso a todos os postos de direção. Hoje em dia a mulher é igual ao homem. Porém, esta mulher, habituada atualmente a viver sòzinha, às vêzes sente necessidade de iluminar sua solidão. A natureza, que sempre é mais forte, leva-a em busca do companheiro com o qual ela sempre sonhou. A maioria das mulheres acha que só a vida no lar, com um marido e filhos, é completa. Para a moça que trabalha, sua atividade, por mais interessante que seja, é apenas uma espera. Seu objetivo é casar-se; por isso é faceira e procura sempre ser agradável (*Enciclopédia da Mulher*, 1958, p. 222).

As primeiras conquistas: O ensino é, sem dúvida, a profissão mais adequada à mulher. As qualidades já apontadas predispõe-na para êste trabalho, mas o fator que muito pesa é a questão do horário, que tão bem se enquadra com a mãe de família. Êste fator condiciona a opção pelo magistério, da parte de muitas môças. Estar em casa no mesmo horário que seus filhos, eis o sonho de qualquer mulher que se vê afastada do lar, devido ao trabalho (*Nova Enciclopédia da Mulher*, 1968, p. 321).

A maneira abrangente de se colocar as vontades e os fazeres femininos, aliada ao predomínio do modo imperativo na escrita, insinua a existência e a aceitação de uma visão baseada na condição biológica. Mesmo se tratando de uma época na qual as práticas identitárias, ligadas à compreensão das relações de organização familiar, das diferenças sexuais, da participação social, política, trabalhista e dos movimentos emancipatórios passavam a problematizar “feminilidades” e “masculinidades”. A dimensão da mulher na vida pública, de acordo com as fontes analisadas, embutia alguns “transtornos” naquilo que viria a ser o “real motivo” de sua felicidade: o casamento, o lar e os filhos. As extensões que as *Enciclopédias* atribuíam à mulher que trabalhava fora de casa, exemplificam isso: ou a função era vista como um passatempo para a moça solteira; ou um apêndice cansativo na jornada da mulher casada. Evidências de um aspecto funcional e natural do “devido lugar” feminino, reforçado desde a infância:

A mãe e a criança: Trabalhos caseiros – A mulher deve saber fazer tudo em casa: trabalhos caseiros, cozinha, lavagem de roupa, costura, consertos, tricô, etc. Ela terá mais ou menos tempo para cada coisa, mas se necessita de ajuda, mais cedo ou mais tarde, deverá ir ensinando as mesmas tarefas às filhas, preparando-as para a vida futura com inteligência, cuidado e método (*Enciclopédia da Mulher*, 1958, p. 211).

Mesmo tendo um acréscimo de capítulos na versão de 1968, como *a mulher e seus direitos* e *a mulher e o trabalho*, parte das “adequações à mulher moderna”, o conteúdo, em relação à edição de 1958, foi apenas redistribuído. Por exemplo: o artigo acima citado *A mãe e a criança - Trabalhos caseiros* de 1958, aparece na sessão *Horas de folga – Trabalhos domésticos* em 1968. Em ambas as edições o maior espaço do livro é destinado ao capítulo *a cozinha* ou *a arte culinária*, regido pela ideia de que o cômodo em questão seria “a peça que a dona de casa passa a maior parte do tempo, e onde a alegria de viver encontra a sua fonte” (*Nova Enciclopédia da Mulher*, 1968, p. 150). Suas páginas estão repletas de receitas, modos de preparo, ocasiões de recepção, cardápios. Na versão de 1968 há ainda uma “glamourização” dos eletrodomésticos que chegavam para “facilitar” a vida da mulher. Como legendas dos aparelhos, tínhamos comentários: “A enceradeira é a aliada nº 1 de uma mulher moderna” (p. 155). “A máquina de lavar roupa representa, antes de mais nada, uma economia de tempo e dinheiro” (p. 162).

Nas *Enciclopédias* observamos, assim, objetivos dicotômicos ao nos depararmos com enunciações de progressos emancipatórios, ao lado de inúmeras regras e posturas fruto de uma herança e de uma memória patriarcal – da mulher estritamente ligada ao privado. Dicotomias

naquilo que a mídia produzia acerca da mulher, justamente por estar implicada às múltiplas noções de identidade feminina constituídas e reconstruídas na sociedade brasileira dos anos 1950, 1960 e 1970 – a cultura *hippie* e a categoria *unissex*, por exemplo, viriam compor as complexidades desse cenário¹⁷. Um diálogo da indústria cultural com o socialmente estabelecido, mantido, alterado ou reformulado. Processos de construção e desconstrução na política, nas ideologias e no modo de vida dos indivíduos, na maneira com a qual se enxergavam (ou não) na sociedade. Mais do que propagar ideias ou difundir modelos estereotipados, a *Enciclopédia* e os demais periódicos da época, encontravam-se imersos nos ditames e contradições presentes na vida das mulheres.

[...] dado o importante papel que incube hoje a quem durante milhares de anos viu seus direitos postergados, mas que, no decorrer dos tempos, se mostrou capaz de colocar-se, com dignidade e sem desdouro, lado a lado com seus pares masculinos, conquistando o devido lugar no corpo social graças a prolongados esforços – os organizadores desta Enciclopédia reputaram imprescindível proporcionar à mulher moderna, paralelamente aos assuntos ligados à sua vida particular ou doméstica, estudos pormenorizados, sobre os seus direitos pessoais, bem como os conselhos preciosos concernentes às atividades femininas na sociedade (*Enciclopédia da Mulher*, 1958, p. 8).

“A mulher e seus direitos”, “A mulher e a vida social”, “A mulher e o trabalho”, são três capítulos de grande interesse para quem inclina com aceitação para a crescente independência feminina. A ocupação das horas vagas está, hoje, pesada e medida tão racionalmente como o uso das horas de trabalho. Quanto mais se trabalha mais se tem de pensar na boa utilização dos momentos de folga. As diversões, os livros, a música, o esporte, as férias e feriados são motivos de três capítulos que salientam a importância, pode-se dizer desintoxicante, das horas livres na vida atribulada de nossos dias (*Nova Enciclopédia da Mulher*, 1968, prefácio).

Decorrendo os escritos das duas versões apreendemos, no geral, mais permanências que rupturas. Mesmo em temáticas, que aparentemente poderiam denotar alguma mudança, transformação ou nova perspectiva em relação à situação legal, social ou trabalhista da mulher. Nos capítulos destinados às explicações sobre *a mulher e seus direitos*, por exemplo, vemos os deveres que os pais, em especial a mãe, deveriam ter com os filhos. Também são trabalhados temas como o regime matrimonial e as questões de comunhão de bens, separação, contribuições da mulher nas despesas do casal, legislação social e desquite. No capítulo *mulher e a vida social*, abarca-se enfaticamente o processo “natural” da vivência feminina: a jovem sendo preparada para o casamento, a casada vivenciando essa experiência e a chegada dos filhos. A mulher só e a mulher idosa são tratadas como categorias que não conquistaram “uniões felizes” ou que atravessam um “difícil” período da vida (*Nova Enciclopédia da Mulher*, 1968, p. 318).

Como dissemos, o capítulo *a mulher e o trabalho* é uma novidade da versão de 1968 em relação à década de 1950. No entanto, o que se apresenta é algo, novamente, contraditório a essa perspectiva, uma vez que a delicadeza e polidez primordiais ao comportamento feminino nos anos 1950 e suas afirmações em relação aos homens e à sociedade em geral, reformulavam-se em concepções “disfarçadas” na década seguinte. Ao propor, por exemplo, o renunciamento da menina (futura mulher) em prol da felicidade daqueles ao seu entorno.

Como tornar-se uma Perfeita Mulher de Sociedade: Nestas poucas páginas tentamos resumir as circunstâncias mais marcantes da vida, onde a aplicação das ditas “leis da polidez” facilitarão as relações familiares, amigáveis ou sociais, libertando de todo embaraço ou timidez aquela que fôr chamada a freqüentar um meio social diferente do seu, ou que deverá em breve manter o papel de dona de casa. Seguir os conselhos que aqui damos, é fazer uma espécie de seguro contra a indelicadeza, a impolidez e o desleixo (*Enciclopédia da Mulher*, 1958, p. 249).

Educação da Menina: Ela deve ser formada dentro de uma atmosfera altruísta. O papel da mulher na vida é de tudo dar em seu redor: conforto, alegria, beleza, tudo acompanhado de um sorriso, sem se fazer de mártir, sem mau humor, sem aparentar cansaço. É uma tarefa pesada e é preciso iniciar a menina neste renunciamento contínuo e, ao mesmo tempo, feliz. A partir do primeiro ano, deve aprender dividir seus brinquedos, seus bombons e dar o que tem, sobretudo aquilo que mais quer para si (*Nova Enciclopédia da Mulher*, 1968, p. 335).

As aplicabilidades das *Enciclopédias* concerniam o formato de um espelho, que refletia aquilo que o conjunto de práticas e representações sociais funcionalizava, inclusive em seus meandros contraditórios. São esses ímpetus estabelecidos que configuravam a sociedade e, por conseguinte, as mulheres que já nos *Anos Dourados* partiam em busca de novas perspectivas (trabalhistas, jurídicas e sociais) no cenário brasileiro e que viam nos anos 1960 e 1970 o florescer de novos rumos em suas histórias. A difusão da pílula anticoncepcional nos anos 1960 e a possibilidade do divórcio nos 1970 exemplificariam mudanças significativas em curso às novas perspectivas. As confluências historiográficas e os movimentos processados enaltecem novos olhares acerca desse percurso, contestando e combatendo posturas machistas, patriarcais, excludentes. A massificação e a generalização de uma identidade feminina, passariam a ser debatidas com mais retidão.

As discussões sobre a categoria ‘gênero’ e sobre a História das Mulheres advieram por um trajeto que nos leva a crer nas pluralidades contidas num mesmo período e lugar. Notar que diferentes tipos de mulheres coexistem na sociedade, além de fazer parte desse viés problematizador, encaminha-nos para a percepção das questões, que de modo geral, esclarecem as formas com as quais a mídia conduz a produção de seus discursos, sob uma ótica memorial

coletiva em relação aos elementos que circundam as noções de feminilidade, comportamento e aparência da mulher.

Referências

ALVES, José; CORREA, Sonia. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar. *Seminário Brasil*, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276297897_ARQUIVO_Textofazgenero9_Sonia_Jeda_11jun10.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

BERTRAND, Micheline (Org.). *Nova Enciclopédia da Mulher*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1968.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa, Portugal: DIFEL, 1988.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Luciano Vieira machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006.

COLELLA, Roberta. *A Imagem da Mulher nas Revistas de Moda: o caso da Vogue*. Relatório de Estágio em Comunicação e Jornalismo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29877/1/tesicompletaRobertaColella.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

FERREIRA, Jorge Luiz; DE CASTRO GOMES, Angela Maria. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREITAS, James Deam Amaral. Continuidade e Ruptura nos Estudos de Gênero: Historiografia de um Conceito. *OP SIS*. Catalão, Goiás. v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/14529/9495>. Acesso: 20 jan. 2018.

GIULANI, Paola C. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 640-668.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada. *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 1996. Disponível em:

<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-anpocs/gt-19/gt11-4/5395-mgoldenber-g-mulheres/file>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. *Nu e Vestido*. Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HAAL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. Corpos femininos e publicidade na revista *Capricho* (décadas de 1950-1960). In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, 2008, Florianópolis. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8*, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278297022_ARQUIVO_textocompleto-Faz.Gen.9.pdf. Acesso em 20 jan. 2018.

NATHAN, Fernand (Org.). *Enciclopédia da Mulher*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1958.
NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUCSP, nº.10, 1993, p. 07-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

PINSKY, Carla B. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 607-639.

_____. Apresentação. In: PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017, p. 9 -11.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/issue/view/947>. Acesso em: 20 jan. 2018.

RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, p. 81-91, 1995. Disponível em : http://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

SANT’ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SENA, Francisca. *Mulheres em movimento: construção de relações de gênero na militância política das mulheres*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual do Ceará,

2004. Disponível em:

http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/francisca_maria_rodrigues_sena%5B1%5D.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.

_____. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51007>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVEIRINHA, Maria João. Os media e as mulheres: horizontes de representação, de construção e de práticas significantes. *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 281-300, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2018.

Notas

¹ Apesar das críticas à abordagem conferida à História das Mulheres, Rago considera também que o setor social de lutas e criações, permitiu “subsidiar o movimento feminista, respaldando suas reivindicações e demandas, tanto quanto reforçando o delineamento da dimensão de uma cultura específica das mulheres”. Cf. RAGO, 1995, p. 86.

² Os estudos pós-estruturalistas prometiam ser capazes de relativizar o status de todo conhecimento, ligar conhecimento a poder e teorizá-lo em termos de operações da diferença. Consideravam que poderiam dizer como as hierarquias de gênero, por exemplo, são construídas e legitimadas, tratando de processos, não de origens; de causas múltiplas, de retóricas e discursos, e não de ideologias e consciências. Tem como expoentes, dentre outros, nomes com Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Félix Gattari.

³ Sobre desnaturalização nas questões de gênero, cf. FLAX, J. “Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista”. In: HOLLANDA, H. B. de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

⁴ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* (São Paulo), v. 24, p. 77-98, 2005.

⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Vol. 20, Nº 2, pp. 71-90, 1995.

⁶ *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, nº 18, 1989.

⁷ DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ensaio/Unicamp, 1992.

⁸ As “fontes impressas” nos permitem, trazer concepções históricas acerca de seu papel que, atingindo determinados públicos, podem ser problematizadas e identificadas como produto

imediatamente entre a vivência de determinado acontecimento e sua narração. Tânia Regina de Luca (2008) acredita que os discursos adquirem significados de muitas formas, e que a ênfase em determinados temas, a linguagem utilizada e a natureza do conteúdo estão diretamente associadas ao público que o jornal ou da revista pretende atingir. Ressalta que os conteúdos presentes nos periódicos não podem ser desvinculados do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, de seu lugar de produção, dos fatos políticos ligados aos processos sociais. Esse movimento faz parte da interação entre indústria cultural e sociedade, onde, o lugar de “retorno” do político revive ou renova-se pelo fato de utilizar-se de contribuições teórico-metodológicas alcançadas nas últimas décadas no âmbito da História Cultural. Cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

⁹ *O Cruzeiro*, 24 maio 1958.

¹⁰ Em 1964, o golpe militar derrubava um presidente (João Goulart) e instituiu a ditadura no Brasil. Para Ferreira & Gomes (2014), o movimento ocorrido em 1º de abril de 1964, foi um golpe civil e militar, que acabava com a experiência democrática iniciada no final de 1945.

¹¹ NATHAN, Fernand (Org.). *Enciclopédia da Mulher*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1958.

¹² BERTRAND, Micheline (Org.). *Nova Enciclopédia da Mulher*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1968.

¹³ *Encyclopedie de la Femme*.

¹⁴ Editor francês que publicava *enciclopédias* relacionadas à “mulher”; à área “médica” e à “prática do desenho”.

¹⁵ Organizadora, editora e tradutora, principalmente, de livros infantis na França.

¹⁶ A pesquisa sobre os registros em jornais dos termos “*Enciclopédia da Mulher*” (para as décadas de 1950 e 1960) e “*Nova Enciclopédia da Mulher*” (para a década de 1970) foram realizadas no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>). As *enciclopédias* estavam ora vinculadas aos materiais publicados pela Editora Globo, ora em forma de anúncios publicitários.

¹⁷ Cf: CIDREIRA, Renata Pitombo. A moda nos anos 60/70 (comportamento, aparência e estilo). *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*. Salvador, v. 2, n. 1, 2008.